

P I C K

Cluster Arte da
Performance
& Performatividade
nas Artes

M A N I F

E S T O

2 5 D E

A B R I L

H O J E

Editoras
Cláudia Madeira
Cristina Pratas Cruzeiro

Índice

Ficha técnica	1
Introdução	2
Prólogo	4
1. Paz	12
2. Pão	18
3. Habitação	22
4. Saúde	30
5. Educação	37
6. Cultura	44
7. Q.B.: Performance coletiva	48
Epílogo: Entre a ciência e a arte: um manifesto por metodologias criativas, colaborativas e afetivas a partir do Pick Manifesto 25 de Abril hoje	54
A expressão da Liberdade, por Sérgio Godinho	61

Ficha Técnica

Título: Pick Manifesto 25 de Abril hoje

Coordenação: Cláudia Madeira e Cristina Pratas
Cruzeiro

Cluster Arte da Performance & Performatividade nas
Artes ICNOVA-NOVA FCSH; IHA-NOVA FCSH/
IN2PAST

Textos e fotografias: Alexandra do Carmo, Ana
Gariso, Carla Fernandes, Cláudia Madeira, Cristina
Pratas Cruzeiro, Daniela Salazar, Helena Elias, Hélia
Marçal, Nicolle Vieira, Patrícia Pereira, Raquel Ermida,
Raquel Madeira, Rita Vilhena, Sandra Guerreiro Dias,
Sérgio Godinho, Sílvia Pinto Coelho

Revisores: Daniel Tércio e Margarida Alves

Composição Gráfica: Josefa Searle

Edição: ICNOVA-NOVA FCSH; IHA-NOVA FCSH/
IN2PAST, 2024

Impressão: Partícula Extravagante

Tiragem: 25 exemplares

Depósito Legal:

ISBN 978-989-9048-46-1

DOI <https://doi.org/10.34619/v4yk-s0yu>

O ICNOVA é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/05021/2020.

O IHA é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00417/2020, <https://doi.org/10.54499/UIDB/00417/2020>, e UIDP/00417/2020, <https://doi.org/10.54499/UIDP/00417/2020>.



Introdução

O *cluster Arte da Performance & Performatividade nas artes*¹, coordenado por Cláudia Madeira (ICNOVA-NOVA FCSH) e Cristina Pratas Cruzeiro (IHA-NOVA FCSH/IN2PAST) constitui-se como espaço de reflexão e criação interdisciplinar, reunindo investigadores e artistas de vários domínios científicos e áreas de produção artística. O seu foco temático incide na arte da performance portuguesa e nas novas formas de performatividade que se desenvolveram a partir da hibridização entre a arte e a sociedade em áreas como o teatro, a dança, a música, a fotografia, a instalação, a arte digital, as artes plásticas, assim como a arte pública e os novos movimentos sociais. Dada a sua dinâmica, o cluster posiciona-se na ligação entre a investigação científica, as práticas artísticas e a sociedade.

Foi no cruzamento das características do cluster com a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 que, em 2024, encontramos a nossa base de trabalho: utilizar a revolução portuguesa como gatilho para repensarmos em conjunto as ideias e princípios de sociedade mais justa e livre que então emergiram. Como repensá-los à luz da atualidade e das nossas vidas quotidianas? foi a nossa inquirição de partida.

O ciclo de oficinas *Pick Manifesto 25 de Abril* hoje estruturou-se procurando possibilidades de resposta a esta inquirição, que também é uma inquietação. A canção “Liberdade”, escrita por

Sérgio Godinho em 1974, elenca os aspetos que consideramos essenciais para uma sociedade livre: a paz, o pão, habitação, saúde, educação. Aos pilares elencados pela canção, acrescentámos a cultura e criámos oficinas de trabalho quinzenais participadas por vários membros do cluster. Em cada oficina desenvolvemos um laboratório aberto ao cruzamento do que está inscrito para cada um destes temas na Constituição da República Portuguesa, estabelecendo ligação à realidade atual. Recuperando o carácter festivo e eufórico do 25 de Abril, com a ocupação massiva das ruas, usámos a ideia de piquenique, em torno de um quotidiano em crise, convocando para isso a arte da performance e a performatividade nas artes, na sua dimensão histórica e atual. Discutimos temáticas a partir das realidades sociais próximas, das vivências, dos anseios, dos dramas, das alegrias.

Entre Outubro de 2023 e Julho de 2024 encontrámo-nos à hora de almoço para discutir cada tema. A designação do ciclo de oficinas — *Pick Manifesto* — concentra em si os significados que quisemos destacar: pick, em inglês, significa colher, escolher. Mas a sua sonoridade, em português, alude a esse espaço de encontro e partilha à volta da comida — o piquenique. Por sua vez, manifesto, representa a vontade de sublinhar pontos de vista e fazê-lo a olhar para os nossos quotidianos comuns.

Este livro pretende materializar o exercício de liberdade de pensamento e criação que procurámos instigar ao longo das oficinas. Cada oficina foi coordenada em conjunto com um ou mais membros do cluster, respeitando a horizontalidade e ao mesmo tempo as individualidades, no sentido de estimular a diversidade que nos caracteriza. O livro reflete precisamente isso. No Prólogo acentuamos essa heterogeneidade através do registo fotográfico das oficinas e do que aí construímos em comum. Os capítulos seguintes, que têm por título os pilares da democracia que discutimos, foram entregues a membros do cluster que coordenaram ou/e participaram nas oficinas

¹ <https://performanceiha.weebly.com>

respetivas. As autoras dos mesmos escolheram como queriam abordar o tema, usando diferentes linguagens. Nos casos dos capítulos Paz, Educação e Pão foi seguida uma abordagem mais poética— sendo que neste último caso foi desenvolvida uma leitura visual. No caso da Cultura, a construção do texto tem por base o excerto de uma entrevista ao convidado das oficinas dedicadas ao tema. Os capítulos da Habitação e da Saúde apresentam uma linguagem científica, assim como o Epílogo, dedicado a um questionamento em torno de metodologias académicas criativas e com assento na afetividade, para o qual vários membros do cluster colaboraram. O capítulo Q.B.: Performance Coletiva, tem na sua base o trabalho artístico de Helena Elias, membro do cluster, que generosamente adaptou a sua performance ao contexto do *Pick Manifesto 25 de Abril hoje*. Encerrámos o ciclo de oficinas precisamente com esta “performance-jantar-festa”, no dia 27 de Julho de 2024, no palco experimental da Partícula no Açúcar, em Lisboa. O capítulo contém o texto de apresentação da performance, da autoria de Helena Elias, e uma selecção fotográfica representativa de alguns dos momentos aí vividos.

O 25 de Abril ainda não terminou. Por isso, continuamos a construí-lo. Escolhemos fazê-lo experimentando novos espaços de liberdade na produção de conhecimento. O próprio Sérgio Godinho fala da relevância de o fazer, no texto que aqui publicamos e que encerra o livro, afirmando que a expressão da liberdade se mantém como uma urgência da atualidade.

Cláudia Madeira e Cristina Pratas Cruzeiro

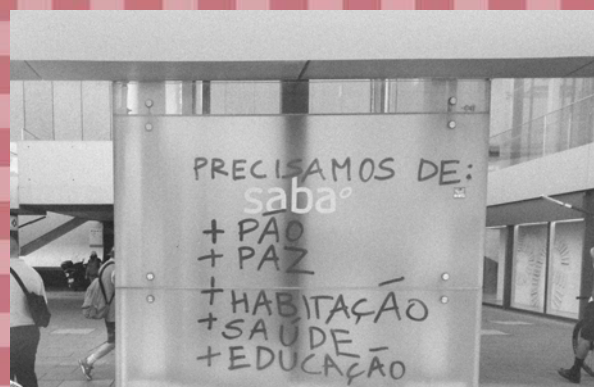


Figura 1: Pichagem na estação de metro do Campo Grande, 2024. Foto: Cristina Pratas Cruzeiro

3. HABITAÇÃO

Patrícia Pereira

CICS.NOVA.IPLEIRIA

Rita Vilhena

ICNOVA NOVA FCSH;
bolseira doutoramento FCT
[refº 2021.06561.BD]

Nas oficinas Habitação do *Pick Manifesto* partimos do refrão da canção “Liberdade” de Sérgio Godinho e do artigo 65º da Constituição da República Portuguesa para discutir o direito à habitação, como o pensar e como o exercer, no contexto da investigação científica e da nossa própria vida quotidiana, 50 anos depois do 25 de Abril.

De uma perspetiva sociológica, pensar a habitação como direito conduz-nos a abordar noções mais amplas de justiça social e cidadania urbana, articuladas no quadro conceptual do “direito à cidade” de Henri Lefebvre (Lefebvre, 2009). Assim, o acesso a uma habitação adequada não é meramente uma questão de recursos individuais, mas um aspecto fundamental da plena participação na vida urbana e, se ouvirmos Sérgio Godinho, uma condição fundamental para o exercício da Liberdade.

Através desta lente, o direito à habitação ultrapassa o acesso a uma casa, a um abrigo, abrangendo ainda questões de localização, qualidade e integração no tecido urbano, desafiando a mercantilização do espaço urbano e da habitação, e defendendo, não só a distribuição equitativa dos recursos espaciais como também o reconhecimento da habitação como um bem social e não como um bem de mercado, tal como definido, como já referimos, na Constituição Portuguesa.

Efetivamente, a Constituição consagra o direito à habitação como princípio fundamental, estabelecendo que todas as pessoas têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e familiar. Para concretizar este direito, o Estado assume um papel central na formulação e execução de políticas habitacionais integradas no ordenamento do território, garantindo redes de transportes e equipamentos sociais. Estas políticas abrangem a promoção de habitações económicas e

sociais, o estímulo à construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o apoio a iniciativas comunitárias. Um outro aspecto crucial deste quadro legal é a garantia da participação dos cidadãos na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e territorial, reforçando assim os princípios democráticos e de cidadania ativa na gestão do espaço urbano.

Pensar a habitação nestes termos tem implicações significativas para a política e o planeamento urbanos, implicando intervenções que dêem prioridade ao valor de uso da habitação em detrimento do seu valor de troca e que promovam o desenvolvimento urbano inclusivo.

Após um início auspicioso com a implementação do SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local (1974-76), como resposta ao “duplo desafio da participação e da redistribuição na cidade” (Drago, 2020, p. 14), a habitação é um direito que tem ficado por cumprir nos últimos 50 anos. A habitação em Portugal e nas suas principais cidades enfrenta atualmente grandes desafios, refletindo uma complexa interação de fatores socioeconómicos, políticos e urbanos. O período pós-crise de 2008 foi marcado por austeridade ao nível do Estado e por reformas que impactaram profundamente o mercado imobiliário e as políticas habitacionais (Allegra e Tulumello, 2019). Observou-se uma crescente financeirização do setor, com a entrada de investidores internacionais e fundos imobiliários, contribuindo para a especulação e o aumento dos preços, particularmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Simultaneamente, e também em resposta à crise, verificou-se a liberalização do mercado de arrendamento (NRAU 2012) e a explosão do turismo urbano. Em 2024, o Porto foi considerado “Europe's Leading Seaside Metropolitan Destination” e Lisboa “Europe's Leading Seaside Metropolitan Destination 2024” nos WorldTravelAwards³. A capital portuguesa foi também considerada a cidade mais cara da Europa para arrendar casa pelo

³ <https://www.worldtravelawards.com/award-europes-leading-destination-2023>, acedido em 1 de Agosto 2024

Internacional HousingAnywhere⁴, uma plataforma imobiliária internacional.

Estes fenómenos exacerbaram as pressões sobre o parque habitacional existente e contribuíram para processos de gentrificação nos centros urbanos e expulsão de populações locais (Lestegáset al., 2019; Ribeiro & Santos, 2019). As periferias urbanas, áreas de habitação pública e outras, formais e informais, de habitação precária, onde residem populações vulneráveis, continuam a enfrentar dificuldades persistentes (Falanga et al. 2024).

A pandemia veio agravar a situação de muitas pessoas para quem “ficar em casa” era problemático, tendo a resposta do Estado sido insuficiente e amiúde desadequada (Lages, 2022), relativamente à precariedade habitacional, incluindo as situações de sem-abrigo. Apesar dos muitos movimentos coletivos de solidariedade que emergiram durante este período, como a cantina solidária RDA ou o centro social Seara, ambos na zona de Arroios em Lisboa, assistimos também a despejos e outras situações de profunda injustiça social (Ascensão & Rodrigues, 2020).

Mais recentemente, a subida das taxas de juro indexadas à Euribor tem criado pressões adicionais sobre os agregados familiares com créditos à habitação, aumentando o risco de incumprimento e intensificando vulnerabilidades habitacionais. Torna-se assim evidente a urgência de repensar as estratégias de acesso à habitação e de gestão do endividamento das famílias. As desigualdades socioespaciais e habitacionais presentes em todo o país estão associadas a dimensões de classe, género e étnico-raciais, pelo que importa um olhar interseccional para estas questões.

A mobilização social em torno do direito à habitação em Portugal tem-se intensificado desde 2016, com movimentos cívicos, associações de moradores e plataformas ativistas organizando manifestações, ocupações e campanhas de sensibilização, pressionando os decisores políticos a implementar medidas mais eficazes para garantir o acesso a uma habitação digna e acessível para todos os segmentos da população. Os movimentos têm contribuído para colocar a questão no centro do debate público e político (Mendes, 2020), resultando em iniciativas legislativas como a Lei de Bases da Habitação de 2019 e o programa “Mais Habitação” de 2023, embora a eficácia das medidas adotadas na resolução dos problemas estruturais se continue a revelar limitada.

A crise da habitação não é de agora: há anos que tem vindo a escalar e atingiu um ponto de rutura. É importante denunciar a situação social e apelar para que se faça cumprir um dos direitos mais básicos do ser social, o direito à habitação. O fotógrafo Mário Cruz faz essa denúncia num trabalho documental intitulado “ROOF”(2024), que se materializa numa abordagem meta artística, onde se procura sensibilizar e mobilizar as pessoas para o que se encontra invisível. Este projeto, que foi desenvolvido ao longo de uma década, concretiza-se num livro e numa exposição sobre os espaços de quem “sobrevive” nos edifícios abandonados e devolutos da cidade de Lisboa. A ação política deste artista de consciencializar para um problema escondido e silencioso é clara, e grita ao dever da Constituição da República Portuguesa quando se celebra o 50º aniversário do 25 de Abril. Entre os artistas que têm trabalhado em torno das questões da habitação incluem-se ainda o Teatro do Vestido⁵, dirigido pela dramaturga e antropóloga Joana Craveiro, o coletivo Left Hand Rotation⁶, com as oficinas “Gentrificação não é um nome de senhora” que se têm realizado desde 2010, mas também os seus vídeos e intervenções, ou Carlos Bunga com o projeto “Home” (2022).

⁴ <https://housinganywhere.com/rent-index-by-city>, acedido em 1 de Agosto 2024

⁵ <https://teatrodovestido.org/blog/>, acedido a 17 de julho de 2024.

⁶ <https://www.lefthandrotation.com/gentrificacion/>, acedido a 17 de julho de 2024.

Nas duas oficinas do *Pick Manifesto 25 de Abril hoje* realizadas em torno da habitação discutimos estas e outras questões, cruzando perspectivas da arte, da intervenção e da pesquisa em ciências sociais, humanidades e estudos artísticos, mobilizando metodologias de base visual. Na primeira oficina construímos em conjunto, *online*, um quadro de associação de palavras e conceitos. Na segunda oficina, presencial e com um delicioso *picnic*, realizámos um exercício de elicitación fotográfica (Harper, 2002) com imagens escolhidas pelas participantes, criadas pelas próprias ou por outras pessoas.

O quadro de associação de ideias (fig.20), apresenta uma análise complexa e abrangente sobre o direito à habitação, dividindo a questão em várias esferas e conceitos interligados. Para a discussão, houve dois pontos de partida essenciais: a Revolução dos Cravos, que em Portugal simboliza a liberdade e a responsabilidade social do Estado, e, como já enunciado, a Constituição da República Portuguesa, em particular o seu Artº 65, que destaca o papel fundamental do Estado em assegurar o direito à habitação.

O quadro divide a análise da habitação em duas principais dimensões: a dimensão íntima e a dimensão política. Na primeira identificou-se a “casa”: associada a uma habitação adequada e digna; e o “doméstico”, como componente onde se relaciona a vida familiar e íntima, onde se incluem elementos como o afeto e o sofrimento, valor de uso e violência.

No que diz respeito à dimensão política foram agrupados conceitos como gentrificação, especulação ou direito à habitação, considerado dentro de um contexto político mais amplo e ligado à participação, ou seja, enquanto direito a uma partilha das decisões políticas relacionadas à habitação. Partilharam-se ideias sobre ações de luta e manifestos através de plataformas e movimentos de defesa do direito à habitação. Destacaram-se elementos como a precariedade ligada aos despejos, mas também instâncias de regulação, como o condomínio, enquanto aspetos que influenciam a segurança e a estabilidade habitacional.

Na análise das políticas públicas e do papel do Estado assinalou-se a necessidade de intervenção sobre o investimento privado na

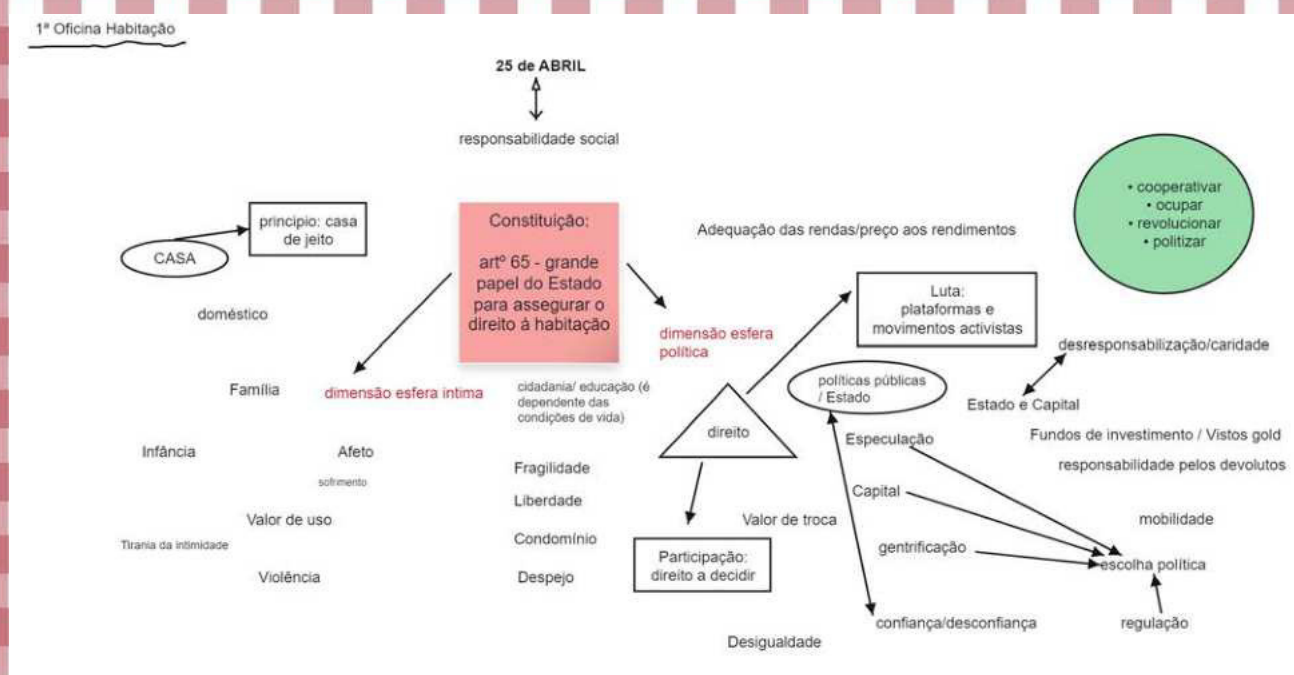


Figura 20: Quadro de associação de palavras da oficina 1 da Habitação. Fonte: Pick Manifesto 25 de Abril hoje

construção de habitação pública, sobre os “vistos gold” e os investimentos estrangeiros e sobre a adequação das rendas aos rendimentos dos cidadãos, de forma a diminuir a especulação e a gentrificação. Debateu-se ainda a necessidade de ampliação de políticas de apoio à habitação cooperativa.

No seu conjunto, a figura 20 sugere que a habitação é um tema complexo que envolve tanto a dimensão íntima e familiar quanto a dimensão política e social. O Estado tem um papel central na garantia do direito à habitação, e são necessárias políticas públicas eficazes, participação cidadã, e ação dos movimentos sociais para enfrentar os desafios do mercado imobiliário, especulação e desigualdade habitacional.

Na segunda oficina dedicada à Habitação, cada participante trouxe fotografias impressas, de sua autoria ou de outros, que foram espalhadas pelo chão da sala, organizadas e reorganizadas numa exposição efémera e coletiva. Durante o almoço a conversa foi fluindo livremente em torno das imagens e finda a refeição cada participante falou de forma mais sistemática, elicitando a escolha das fotografias. Emergiram quatro temas principais: a casa enquanto lugar de si, de estar e de viver só ou com outros; outros lugares de que fazemos casa, sejam jardins onde passamos e estamos, sejam lugares de habitação que não são casas (i.e. um canto da rua onde alguém faz a sua cama); as questões da precariedade habitacional na cidade contemporânea e, por fim, a guerra, no caso a da Palestina, e a destruição da casa.

As oficinas do *Pick Manifesto 25 de Abril hoje* evidenciaram que, 50 anos após o 25 de Abril, a habitação enquanto elemento central da nossa vivência e sobrevivência, em que o pessoal e o político se entrelaçam, persiste como direito por concretizar. As lutas coletivas por este direito fundamental são um motor de transformação social e urbana, ecoando os

ideais de liberdade e justiça que inspiraram a Revolução.

Referências

- Allegra, M., & Tulumello, S. (2019). “O estado da habitação: Introdução ao dossier”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 38, iii-ix.
- Ascensão, E., & Rodrigues, N. (2020). “After the lockdown: Towards an urban politics of care or back to evictions as usual”. *International Journal of Urban and Regional Research*
- Drago, A. (2020). Um país a tornar-se urbano e democrático: A questão urbana na primeira década da democracia Portuguesa [Tese de Doutoramento em Estudos Urbanos ISCTE-IUL]. , acedido a 25/09/2024.
- Falanga, R., Frangella, S., Kühne, J., Silva, R., & Tulumello, S. (2024). A caravana pelo direito à habitação: Da mobilização à construção de um movimento. *Outro Modo*.
- Harper, D. (2002). “Talking about pictures: A case for photo elicitation”. *Visual Studies*, 17(1), 13–26.
- Lages, J. P. (2022). “Habitação em pandemia: Os desafios da COVID-19 a partir da experiência de mulheres em situação de precariedade habitacional”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 45, 80–94.
- Lefebvre, H. (2009). *Le droit à la ville* [1ª edição: 1969]. *Anthropos*.
- Lestegás, I., Seixas, J., & Lois-González, R.-C. (2019). Commodifying Lisbon: A Study on the Spatial Concentration of Short-Term Rentals. *Social Sciences*, 8, 33, 1-15.
- Mendes, L. (2020). “Anti-Displacement Social Movements in Lisbon: A Perspective from the Trenches in the Fight Against Transnational Gentrification”. In J. Krase & J. N. DeSena (Eds.), *Gentrification around the World, Volume II: Innovative Approaches* (pp. 107–129). Springer International Publishing.
- Ribeiro, R., & Santos, A. C. (2019). “Financeirização da habitação e desigualdades socioterritoriais: Um estudo comparado das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto”. *Análise Social*, 54(233), 727-758.